

VIVER EM ÁREA DE RISCO: REFLEXÕES SOBRE VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS

Jacqueline Isaac Machado Brigagão

Universidade de São Paulo, Escola de Artes Ciências e Humanidades (Brasil)

ORCID 0000-0002-5566-8839 jac@usp.br

Mary Jane Paris Spink é professora titular do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), onde orienta mestrandos e doutorandos e coordena o Núcleo de Pesquisa “Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde”. Bolsista de produtividade 1A do CNPq desde 1998, tem uma trajetória de quatro décadas de pesquisas no campo dos estudos sobre risco, com uma produção volumosa de artigos publicados em periódicos científicos brasileiros e internacionais.

No livro (fig. 1) *Viver em área de risco: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais*, Spink nos apresenta os principais resultados da pesquisa “Viver em área de risco”, realizada entre 2012 e 2017 no território denominado M’Boi Mirim, no extremo sul do município de São Paulo. A região inclui os distritos do Jardim Ângela e o Jardim São Luís, que estão entre as áreas da cidade com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano, respectivamente, 0,750 e 0,798. Trata-se de uma extensão de 62 km², com áreas de mananciais e de proteção ambiental e uma população de mais de 550 000 moradores/as.

A autora inicia descrevendo a sua trajetória de pesquisadora no campo do risco e sua aproximação com a região estudada. Em seguida, ela apresenta ao leitor as perspectivas que orientam suas reflexões, o construcionismo, a governamentalidade foucaultiana e os pressupostos de autores da teoria ator rede (TAR), que lhe dão: “[...] aportes para trabalhar com redes heterogêneas de atores humanos e não humanos - afinal, deslizamentos de terra e inundações são produtos de materialidades (água e terra) e de socialidades (modos de uso do solo)” (p. 27). Ela prossegue afirmando que o seu ponto de partida teórico são os diferentes gêneros linguísticos que circulam nessas redes heterogêneas: “[...] a linguagem dos direitos em documentos que regem nossas maneiras de ser no contemporâneo; a linguagem dos riscos em seus usos cotidianos; a linguagem das responsabilidades nos textos acadêmicos sobre ocupação do solo urbano” (p. 27). Ao longo do livro ela dialoga também com teorias da psicologia social, da história, da geografia, da sociologia e da administração pública.



Fig. 1 - Frontispício da obra “Viver em área de risco: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais”.

Fig. 1 - Frontispiece of the book “Living in a risk area: reflections on social and environmental vulnerabilities”.

Apesar de firmemente ancoradas em pressupostos teóricos, as reflexões de Spink empregam uma linguagem fácil e agradável, nos possibilitando acompanhar as diferentes trilhas percorridas por ela durante a pesquisa. Em três dos seis capítulos o debate é guiado por casos que demonstram as vulnerabilidades locais e as ações de gerenciamento de risco, partindo dos problemas reais para discutir as múltiplas dimensões dos riscos. Ao longo do livro, ela nos apresenta descrições densas dos lugares visitados, entrevistas com lideranças locais e moradores/moradoras da região, análise de matérias publicadas em jornais e de diversos programas/políticas públicas e leis que focalizam a questão das moradias em

áreas de risco e de proteção ambiental. Além disso, traz fotografias que nos permitem visualizar as discussões teóricas realizadas em cada capítulo.

No primeiro, “Gerenciamento de riscos ambientais em áreas urbanas no Brasil”, a autora discute a complexa tarefa de definir riscos e gerenciá-los, bem como as especificidades da sua gestão no escopo da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, que reúne os princípios, os objetivos e instrumentos brasileiros de gestão de riscos de desastres. Ela faz um resgate histórico do processo de surgimento desse campo até chegar às visões contemporâneas do gerenciamento de risco, apresentando, ainda, as duas principais abordagens teóricas sobre riscos: a da análise técnica e a das ciências sociais. Em seguida, focaliza os desastres ambientais e analisa como a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas influencia o Brasil, especialmente na organização do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec). Esse sistema, uma estrutura que integra as esferas federal, estaduais e municipais de governo, é responsável pelas ações de gerenciamento em quatro dimensões: (a) análise e mapeamento dos riscos; (b) medidas estruturais de prevenção; (c) medidas não estruturais de prevenção; e (d) planos de contingência nos casos de emergência. Spink apresenta também as principais atividades desenvolvidas em cada uma dessas dimensões, destacando como se dá a participação da população nas diversas ações.

No segundo capítulo, “Da probabilidade à vivência do risco: a desconfiguração das casas na favela Erundina”, ela traz o caso da remoção, pela Defesa Civil municipal, em 2014, de 208 famílias cujas casas poderiam desabar a qualquer momento devido à instabilidade do solo. A autora explicita que a ação foi resultado das pressões realizadas pelos próprios moradores, alguns dos quais identificaram as rachaduras e acionaram as lideranças comunitárias. Estas atuaram em duas frentes: recorrendo aos órgãos governamentais e mobilizando a imprensa a fim de visibilizar a situação e pressionar por ações públicas mais urgentes. Ao relatar o caso, Spink traz as vozes dos ex-moradores, as versões que circularam sobre a história da ocupação e o impacto financeiro e afetivo da desocupação. Ela constrói o texto com maestria, utilizando as narrativas das pessoas afetadas e as versões de diversos atores governamentais que trabalharam em conjunto para viabilizar o processo de remoção das famílias, incluindo a concessão de aluguel social e o transporte dos móveis e pertences pessoais dos moradores. O capítulo inclui fotografias que possibilitam ao leitor entender a configuração espacial da favela Erundina, antes e depois da remoção

No terceiro capítulo, “M’Boi Mirim vista do outro lado da ponte”, Spink aborda as características sociodemográficas e geográficas do território,

detalhando seu processo de urbanização e o seu papel no abastecimento de água para a Grande São Paulo - a maior região metropolitana do país e entre as dez maiores do mundo, formada por 39 municípios e cerca de 21,5 milhões de habitantes. Ela começa relatando a história da ocupação da zona sul da capital paulista desde a colonização do Brasil, seus primeiros habitantes, os indígenas, passando pelos caipiras, imigrantes alemães e japoneses, destacando a contribuição desses diferentes grupos para a configuração socioeconômica de M’Boi Mirim. Ao descrever essa urbanização, a autora evidencia a sua expansão territorial e demonstra que a criação de vias de circulação e de transporte, como as linhas férreas e as estradas, ampliaram as possibilidades de deslocamento de pessoas e de cargas. A autora destaca que a implantação do Parque Industrial de Santo Amaro teve um papel central nesse processo: “[...] entre 1939 e 1973 tiveram início 447 empresas em Santo Amaro. Destas, 36 possuíam mais de quinhentos trabalhadores e representavam 75% das que, na década de 1980, contavam com tal contingente de trabalhadores” (p. 107). A autora aponta os principais efeitos desse polo industrial para toda região, o primeiro deles nos modos de ocupação dos distritos do Jardim Ângela e Jardim São Luís. Os funcionários das indústrias e fábricas buscavam moradias de baixo custo, que inexistiam na região central do bairro, mas estavam disponíveis em suas áreas mais distantes, o que deu início ao processo de ocupação desordenada, origem das primeiras favelas do território. O segundo efeito foi a forte mobilização política dos seus moradores, que remonta às lutas operárias e ações desenvolvidas pela Igreja Católica para a melhoria das condições de vida da população local. E, finalmente, o impacto do fechamento das indústrias da região, a partir da década de 1980. Nesse momento, as políticas neoliberais tiveram um forte impacto sobre o Parque Industrial de Santo Amaro, de que é exemplo o fechamento de 1 125 indústrias, entre 1990 e 1996. Porém, sua população não parou de crescer; ao contrário, de 1991 a 2000, experimentou um aumento de cerca de 40% de moradias no entorno da represa de Guarapiranga.

A partir dessa contextualização, Spink nos apresenta a discussão em torno das especificidades dos problemas habitacionais em áreas de mananciais. Ela começa descrevendo as características e particularidades da bacia hidrográfica da Guarapiranga, onde está localizada grande parte dos territórios que compõem a região de M’Boi Mirim, visibilizando a importância desse manancial para toda a Grande São Paulo. A autora conclui apresentando as políticas e os programas públicos destinados à proteção dos mananciais, que nem sempre alcançam os efeitos desejados.

No quarto capítulo, “Onde está Waldo? O esconde-esconde dos córregos na região dos mananciais”, Spink discute a questão das construções às margens dos córregos em

regiões de mananciais a partir do acompanhamento do curso de um córrego específico, relatando as ações das organizações não governamentais e do poder público em torno dele. Também compõem a narrativa as conversas e entrevistas com os moradores/as, o que possibilita aos leitores compreender as razões que levam as pessoas a construir e viver em áreas de risco, bem como vislumbrar as práticas específicas para monitorar e lidar com as alterações no volume de água no cotidiano em razão das chuvas ou do acúmulo de lixo. Ela reproduz os relatos das promessas não cumpridas do poder público de remoção do lixo e projetos de implantação de um sistema de transporte rápido de ônibus, que exigiria a canalização do córrego. Ao focalizar esse caso, a autora consegue evidenciar as intrincadas práticas em torno dele, nos ajudando a entender a complexidade que envolve os diversos córregos de M'Boi Mirim.

No quinto capítulo, “O inquestionável direito à moradia: a urgência da preservação dos mananciais”, Spink aborda o *deficit* habitacional e os efeitos da construção de moradias em áreas de preservação ambiental no território. Ela inicia com o histórico das lutas por moradia, em relatos preciosos dos diversos atores. É o caso do processo de reintegração de posse da Fazenda Itupu, que tem em Padre Jaime, por exemplo, uma importante memória. Ele conta que recebeu um telefonema às 3 horas da madrugada de um dos ocupantes da fazenda pedindo que fosse ajudá-los, porque a polícia cercara o lugar. O religioso explica que a luta por moradia, que passou a ser coordenada pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana, permitiu à população inserir suas pautas no âmbito jurídico e parlamentar. Esse fórum impulsionou o governo federal a promulgar o Estatuto da Cidade no Brasil. Spink prossegue problematizando as sobreposições entre os direitos ao meio ambiente e à moradia que muitas vezes ocorrem na zona sul paulistana. A autora sugere que essas questões somente avançarão quando as ações de educação ambiental previstas na Constituição de 1988 forem implementadas e, consequentemente, possibilitarem o reconhecimento de todos e todas sobre a importância da preservação do meio ambiente e o compartilhamento de responsabilidades entre o Estado e os cidadãos na fiscalização e manutenção das áreas ambiental e legalmente protegidas.

No sexto capítulo, “Versões em tensão: o caso das remoções no Jardim Capela”, ela apresenta o terceiro

caso e discute como ações estatais de remoção em áreas de mananciais explicitam as tensões entre o direito à moradia e o direito ao meio ambiente. Ao longo do texto, Spink expõe as versões das/dos moradoras/es, dos programas de prevenção/mitigação de desastres ambientais e das políticas de proteção de mananciais sobre as ações de desocupação da área. Essas diversas versões, frequentemente, não são coordenadas e evidenciam que a ocupação/desocupação de áreas de mananciais é uma questão complexa que demanda soluções ampliadas para dar conta das diferentes facetas do problema. Nas palavras da autora: *“São histórias sobre complexidade, não apenas de locais onde são performadas as versões sobre o córrego, mas sobre a diversidade de atores (humanos e não humanos) e de locais onde ele é visto como um problema. Se pensarmos nos actantes, fica óbvio que as soluções técnicas não dão o mesmo estatuto a essa multiplicidade de entes: água, lixo, encanamento, mães preocupadas com filhos que brincam no entulho deixado pela prefeitura no desfazimento das casas; administradores regionais, técnicos, promotores e, claro, a mídia”* (p. 212).

A escolha desse caso é muito oportuna porque permite aos leitores ter uma visão de como as ações do setor público nessa arena têm oferecido soluções unidirecionais que não resolvem todos os problemas. Além de todas as questões mal resolvidas no processo de desocupação, o seu desfecho é bem triste. Isso porque, apesar de haver um projeto de construção de parque linear, após o desfazimento das casas nada mais foi feito. Nem o entulho da demolição foi retirado, apesar das pressões das lideranças locais.

Spink finaliza o livro com uma breve reflexão, denominada “Para encerrar”, que estabelece conexões entre os seis capítulos versando sobre a complexidade do gerenciamento de riscos na região em que ela realizou a pesquisa.

O livro contém uma discussão contemporânea de excelência sobre as complexidades do gerenciamento de risco em regiões de vulnerabilidade socioeconômica, com moradias precárias construídas em áreas de suscetibilidade geológica e de proteção de mananciais. Num texto fluido e prazeroso, a autora nos apresenta uma análise multifacetada dos desafios de viver nas áreas de risco na zona sul de São Paulo, Brasil.